



Dynamo International – Street Workers Network  
Street Work Training Institute  
With the support of the European Commission – PROGRESS Programme

# SOCIAL PARTICIPATION AND POLITICAL TRAINING **PAVING THE WAY**

# A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO POLÍTICA **TERRITÓRIOS A DESBRAVAR**

[ Verônica Regina Müller ]

# #2

# SOCIAL PARTICIPATION AND POLITICAL TRAINING **PAVING THE WAY**

## A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO POLÍTICA **TERRITÓRIOS A DESBRAVAR**

[ Verônica Regina Müller ]



This publication is supported by the European Union Programme  
for Employment and Social Solidarity – PROGRESS (2007-2013)

Esta publicação é financiada pelo Programa da União Europeia  
para o Emprego e a Solidariedade Social – PROGRESS (2007-2013)

# #2

**Activity of Dynamo International - Street Work Training Institute:**

Rua Palmira n° 66, r/c C 1170 – 289 Lisboa – PORTUGAL

Tel.: +351.218 150 643

institute@travailderue.org – www.streetworkinstitute.org

**Author:**

Verônica Regina Müller.

Lecturer at the Universidade Estadual de Maringá – Brazil .

**Reading Group:**

Olivier Pourbaix, Helder Santos and Adelaïde Trousselard.

**Translate:**

Lisa McElroy.

**Edition:**

Jon Etxeberria – Asociación Navarra Nuevo Futuro,  
for Dynamo International Street Workers Network

22 Rue de l'Étoile – 1180 Bruxelles – Belgium

Tel.: 00-32-23784422

E-mail. dynamo-int@travailderue.org

www.travailderue.org

**Design:**

Verano González – Cuarto y Mitad (Euskadi – Spain).

**Printing:**

Gráficas Ulzama (Navarra – Spain).

**Registration of copyright:**

NA 416-2013

*Publication printed on 100% recycled paper.*

**Lisboa–Brussels 2012**

*This publication is supported by the European Union Programme for Employment and Social Solidarity-PROGRESS (2007-2013).*

*This programme is implemented by the European Commission. It was established to financially support the implementation of the objectives of the European Union in the area of employment, social affairs and equal opportunities and thereby contribute to the achievement of the Europe 2020 Strategy goals in these fields. The seven-year Programme targets all stakeholders who can help shape the development of appropriate and effective employment and social legislation and policies, across the EU-27, EFTA-EEA and EU candidate and pre-candidate countries.*

*The information contained in this publication does not necessarily reflect the position or opinion of the European Commission.*

**Atividade de Dynamo International - Street Work Training Institute:**

Rua Palmira n° 66, r/c C 1170 – 289 Lisboa – PORTUGAL

Tel.: +351.218 150 643

institute@travailderue.org – www.streetworkinstitute.org

**Autor:**

Verônica Regina Müller.

Professora na *Universidade Estadual de Maringá* – Brasil.

**Leitores:**

Olivier Pourbaix, Helder Santos e Adelaïde Trousselard.

**Edição:**

Jon Etxeberria – Asociación Navarra Nuevo Futuro,  
para Dynamo International Street Workers Network

22 Rue de l'Étoile – 1180 Bruxelles – Belgique

Tel.: 00-32-23784422

E-mail. dynamo-int@travailderue.org

www.travailderue.org

**Gráfica:**

Verano González – Cuarto y Mitad (Euskadi – España).

**Impressão:**

Gráficas Ulzama (Navarra – España).

**Depósito legal:**

NA 416-2013

*Publicação impressa em papel 100% reciclado.*

**Lisboa–Brussels 2012**

*Esta publicação é financiada pelo Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social – PROGRESS (2007 – 2013).*

*Este programa é implementado pela Comissão Europeia. Foi instaurado para apoiar financeiramente os objetivos da União Europeia em matéria de emprego, de assuntos sociais e de igualdade de oportunidades, e contribui desta forma para atingir os objetivos da Estratégia Europa 2020 nestas áreas.*

*O Programa, elaborado ao longo de sete anos, visa todos os atores que possam ajudar a influenciar o desenvolvimento de uma legislação e de políticas apropriadas e eficazes no domínio social e do emprego nos 27 Estados-Membros da UE, nos países AELE – EEE e nos países candidatos e potenciais candidatos.*

*A informação contida nesta publicação não reflete necessariamente a posição ou opinião da Comissão Europeia.*

Social participation and political training: <b>Paving the way</b>	Verônica Regina Müller	
01* [P. 06] <b>First steps</b>	02* [P. 08] <b>Clarification of concepts</b>	03* [P. 10] <b>What world do we want?</b>
04* [P. 14] <b>What is social participation?</b>	05* [P. 26] <b>Powers and political struggles</b>	06* [P. 36] <b>Duty and purpose</b>
07* [P. 46] <b>References</b>		

A participação social e a formação política: <b>Territórios a desbravar</b>	Verônica Regina Müller	
01* [P. 06] <b>Para começo de jornada</b>	02* [P. 08] <b>Aclarações gerais sobre o terreno conceitual</b>	03* [P. 10] <b>Que mundo queremos?</b>
04* [P. 14] <b>Participação social, o que é?</b>	05* [P. 26] <b>Poderes no âmbito da luta política</b>	06* [P. 36] <b>O dever e o devir</b>
07* [P. 46] <b>Referências</b>		

# [ FIRST STEPS ]

# [ PARA COMEÇO DE JORNADA ]

# 01

The topic addressed in this document is *social participation* and its relationship with politics. This is a presentation of concepts along with the author's personal opinions; it is not neutral. It is the fruit of practice developed in the town of Maringá and its region with the inclusion of work carried out as part of the Multidisciplinary Programme of Study, Research and Defence of the Child and Adolescent at the *Universidade Estadual de Maringá*, the local Commission of the National movement of street children, the *Brincadeiras Project*, the Association of social educators of Maringá and the Study Group on childhood, adolescence and youth. It is not our intention to spell out what is right or wrong, which would be adopting a colonial attitude (that we want to do away with), but rather to take the opportunity to contribute to critical thinking in relation to the foundations of our work within society as professionals and citizens.

Neste texto são apresentadas reflexões a respeito da participação social e sua relação com a política. É uma apresentação de conceitos acompanhada de constantes posições defendidas pela autora. Portanto, não é um escrito neutral. Ele é fruto da práxis desenvolvida na cidade de Maringá e região, da integração de trabalhos entre o Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente da *Universidade Estadual de Maringá*, a Comissão Local do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o *Projeto Brincadeiras*, a Associação de Educadores Sociais de Maringá e o Grupo de Estudos Infância, Adolescência e Juventude. Não intencionamos dizer o que é certo ou errado (o que teria um caráter de colonização que queremos apagar da história em construção), mas aproveitar a oportunidade para trazer elementos ao exercício do pensamento crítico em relação aos fundamentos de nossas ações na sociedade enquanto profissionais e cidadãos.

# [ CLARIFI- CATION OF CONCEPTS ]

# [ ACLARAÇÕES GERAIS SOBRE O TERRENO CONCEITUAL ]

*Social participation* is one of these fashionable terms that we frequently come across in educational or political guidance documents, to the extent that they become trivialised and end up sounding hollow given that they are generally never put into practice. *Social participation* is therefore something that we aspire to, but what is it?

The objective of this text is to specify what we understand by "*social participation*" as we would have it, by looking in detail at this praxis and its impacts. To do so, it is important to define and specify the ideological, ethical and political conceptual foundations on which the notion of *social participation* is based. Solid practice cannot be obtained without a solid definition of the underlying concepts, because it is this that will help to guide us towards our objective, as part of a dialectical relationship. Let's begin with this initial definition: the world that we want.

*A participação social* é uma daquelas terminologias que ultimamente se usam de maneira corrente em documentos e diretrizes políticas ou escolares, se banalizam e perdem importância, já que na prática não se refletem. A participação social é, portanto, algo desejado, não há rechaço a ela, no entanto, o que significa afinal?

O objetivo deste escrito é explicitar o que significa a participação social que defendemos, apresentando de forma algo aprofundada e ampliada, reflexões sobre a temática no sentido de constatar consequências possíveis a partir de sua práxis. Para tanto, faz-se necessário aprimorar os fundamentos conceituais ideológicos, éticos e políticos que se vinculam ao entendimento de *participação social*. Para o rigor da prática é imprescindível o rigor dos conceitos, pois é o que nos poderá indicar numa relação dialética, que seguimos para o lugar que queremos. Iniciemos, pois, com esta definição: o mundo que queremos.

# [ WHAT WORLD DO WE WANT? ]

A participação social  
e a formação política

Territórios a desbravar

# [ QUE MUNDO QUEREMOS? ]

Within the academic world – and elsewhere – there is a rather widespread view which maintains that we do not know what we want. We often hear people say that young people are not what they used to be, that they are not engaged and not really sure of where they are headed. We do not agree with this statement.

The world that we want is quite simply a world that is good. And what then, is a good world? At the moment, all cultures would undoubtedly agree that we would like to see a world that is fair, shows solidarity and care for individuals and for the common good.

This may be the case, but, if so many people aspire to this world, why then have we still not obtained it?

Because there are powers that influence the way the world is run (institutions, companies, systems, individuals, authorities, social movements, governments, populations) and, although they do not represent the majority, they steer daily life in another direction. The **unwanted** path is the one of exploitation, discrimination, negligence, unequal opportunities, violence, excessive individualism, individual accountability for the State's actions (or lack of), injustice, all forms of poverty, greater value placed on material things than on people, despair.

Há uma certa disseminação nos discursos acadêmicos e também nos de senso comum, de que não sabemos o que queremos. Frequentemente cita-se que a juventude não é agora como era antes, muito consciente do caminho a seguir. Discordamos.

O mundo que desejamos é um mundo bom. Simples assim. E o que é um mundo bom? Na atualidade, provavelmente o que concordaríamos em muitas culturas é que gostaríamos de ter um mundo justo, solidário e de cuidado com o que é próprio e com o que é coletivo.

Bem, mas se tanta gente quer esse mundo, por que já não o temos?

Porque existem poderes influentes no andamento do mundo (instituições, empresas, sistemas, pessoas, autoridades, movimentos sociais, governos, gente comum), que mesmo não representando a maioria, impulsionam a vida cotidiana para outro rumo. O caminho **indesejado** é o da exploração, da discriminação, da desatenção, da negligência, da desigualdade de oportunidades, da violência, do individualismo exacerbado, da responsabilização individual para ações ou falta de ações do Estado, da injustiça, da pobreza em qualquer sentido, do maior valor das coisas que das pessoas, da desesperança.

03. What world do we want?

Is it possible to take action against such a depressing outlook?

Yes. It is what millions of people, some companies, and a few rare governments do every day. The outlook, from then on, when looked at from a different viewpoint, is no longer depressing but becomes exciting. Why?

The reason is that, from this perspective, the world is moving, and obviously its situation depends on the actions of human beings, who are responsible for achieving certain successes. These do not capture media attention, but are of huge significance for a number of cultures that have been "made visible" (SANTOS, 2006) by "civilised" culture: white, adult, male, capitalist, authoritarian. We can refer to the example of our partners, Dynamo International. This *International Network of Street Workers* (it is these very street workers who will be reading this document), brings together people and organisations from around 50 countries who speak out against the supremacy of capitalist and neoliberal trends and strive to empower all individuals, regardless of ethnicity, age, gender, human values, justice.

How do we bridge the gap between this world that we do not want and the world that we do want? One of the paths we must take is *social participation*.

03. Que mundo queremos?

Em um cenário tão deprimente é possível reagir de maneira oposta?

Sim. É o que milhões de pessoas, centenas de organizações, algumas empresas, escassos governos estão fazendo. O cenário então, visto desde outro ponto de vista, já não é deprimente e passa a ser animador. Porquê?

Porque nesta perspectiva o mundo está em movimento e é evidente que sua situação depende da ação humana responsável pela conquista de diversos êxitos. Estes não têm sido matéria da mídia, mas contêm um enorme significado dentro de muitas culturas "invisibilizadas" (SANTOS, 2006) pela cultura considerada civilizada (branca, adulta, masculina, de acúmulo de bens independente dos meios, de mando). Temos como exemplo os parceiros da Dynamo International. Nesta *Rede internacional dos Educadores de Rua*, cujos trabalhadores serão os leitores deste texto, estão situadas pessoas e organizações (por volta de 50 países) que vão contra a hegemonia da tendência capitalista e neoliberal e trabalham a favor da valorização de todas as pessoas, (independente da etnia, da idade, do gênero), de valores humanos, de justiça.

Como chegar de um lado a outro, ou seja, do mundo que não queremos ao mundo que queremos? Um dos caminhos necessários é o da participação social.



## [ WHAT IS SOCIAL PARTICIPATION? ]

A participação social  
e a formação política

Territórios a desbravar

## [ PARTICIPAÇÃO SOCIAL, O QUE É? ]

*Social participation* is quite simply the possibility for individuals to intervene in everything related to their life.

Every society has its rules. Participation will depend on these rules. It is first important to be aware of them, then to consider if we agree with them and, if this is not the case, to decide with peers if we are to respect them, and then finally to come up with proposals to change the rules that are considered undesirable.

There are several levels of participation. For example, the intensity of participation can be strong, medium or weak. The weakest level is that of public consultation, when the interested parties do not witness the actions of those that hold the power to implement them. For example: a town council decides to promote a neighbourhood meeting to ask the public about what the priority should be for the next investment. The neighbourhood votes for a Health Centre. And the Health Centre never sees the light of day. Can the town council really claim to have promoted *social participation*? Yes, it is a fact (there are photos and videos). But this was an extremely weak level of participation (and, what's more, was used for so-called democratic management propaganda). In the case in point, we could have spoken of a strong level of participation if the citi-

A participação social nada mais é do que a possibilidade dos sujeitos intervirem no que diz respeito às suas vidas.

Toda sociedade possui regras. A participação dependerá das regras. Em relação a elas é preciso primeiro, conhecê-las, segundo, ver se estamos de acordo, terceiro, se não estamos de acordo, resolver com os pares se vamos obedecê-las ou não, e ainda, qual será a proposição para a transformação daquelas regras indesejáveis.

Existem vários níveis de participação. Se referem, por exemplo, à intensidade: alta, média, baixa. O nível mais baixo é aquele da consulta popular e que depois os interessados não acompanham o desenrolar das ações de quem tem a autoridade para realizá-las. Por exemplo, a prefeitura promove uma reunião no bairro para perguntar qual a prioridade daqueles cidadãos para o próximo investimento. A assembleia decide que é um Centro de Saúde. E o Centro de Saúde jamais é consolidado. A prefeitura pode dizer que promoveu a participação social? Sim, não é mentira, há fotos e gravações. Mas é um baixíssimo nível (ademais, usado com valor propagandístico da gestão que se diz democrática). Neste mesmo exemplo, uma participação de alta intensidade seria se os cidadãos acompanhassem desde o início o dinheiro disponível, a compra

**04. What is social participation?**

zens had been able, from the outset, to witness the entire process: find out about the budget available, decide on the materials to be bought, share in decision-making with the professionals, and have a say on where the Centre is built and how it is run, etc.

This means that the strongest level of participation implies that there should be an influence on the rules governing how life in society operates. A citizen should not just make decisions about their individual life but also on social life, in other words, becoming engaged at community level, filling it with their material and subjective values.

This aspect is a principle that must be properly taken on board because a poor explanation could lead to misunderstandings. One could, for example, argue: *but Hitler promoted large-scale meetings where the people expressed their desire for him to be their leader. In these circumstances, social participation was the solid basis for the destruction of part of the human race.*

Yes. *Social participation* is a **strategy** (method) which does not exist without **content**. That means that a type of *social participation* that isolates itself from its content and that makes its strategy its own content –*the important thing is not what we decide but rather that we make a decision*– would become dangerous.

But what is the correct content? There is no correct content. There are **principles** deemed to be correct –by people or institutions–and are applicable throughout life. In the case of the aforementioned groups in Maringá, we oppose the unacceptable negligence of governments in terms of public policies, which should uphold the enjoyment of people's fundamental human rights, and particularly those of children. The scene described below is an example that we find deplorable, shameful and criminal; creating *the fringes of society*, starting with a marginalised childhood.

**It was a special activity. Some twenty children, both girls and boys, were drawing with watercolour pencils. V. (9 years old, from a very poor family) shows me his drawing. Somebody shooting a gun at another. He had written: NO TO HOMICIDE. I asked:**

- *Have you already seen somebody shoot somebody else?*
- *V: Yes, at my father.*
- *Me: Did somebody come to help your father get up; did they take him to hospital?*
- *V: No, nobody. I helped him, I was with him, and we should both have died. Now he*

**04. Participação social, o que é?**

dos materiais, decidissem junto com os profissionais: o lugar onde deve ser construído, as regras de funcionamento do Centro e outros aspectos.

Portanto, a mais alta intensidade de participação implica na decisão sobre as regras de funcionamento da vida social. O sujeito não deve decidir somente sobre sua vida individual e sim, também sobre a social, ou seja, considerar e interferir na convivência humana permeada por seus valores materiais e subjetivos.

Esse aspecto é um fundamento que deve ser bem apreendido, pois sua generalização pode, se não explicitada, induzir a equívoco. Alguém poderia argumentar: *mas Hitler promovia grandes encontros onde a população expressava que o queria como líder. Nesse caso a participação social foi a base sólida para a devastação de parte da humanidade.*

Sim. A participação social é uma **estratégia** (modo de agir) que não existe independente de um **conteúdo** (aquilo que está contido). Portanto, a participação social que se desresponsabiliza com o conteúdo e faz da estratégia o próprio conteúdo, *isto é, não importa o que se decida*, o importante é decidir, incorre em perigos.

Mas quais seriam os conteúdos corretos? Não existem conteúdos corretos. Existem **princípios** que pessoas e instituições consideram corretos, válidos para a vida. No caso dos grupos citados de Maringá, nos opomos à inadmissível negligência dos governos com políticas públicas que deveriam atender ao cumprimento dos direitos humanos fundamentais da população, principalmente a infantil. A cena a seguir é um exemplo do que consideramos desprezível, vergonhoso e criminal. A edificação de pessoas rotuladas de *marginais* a partir da infância marginalizada.

**Era uma atividade especial. Uns vinte meninos e meninas desenhavam alegres com lápis aquarelado. V. (9 anos, de família bem pobre, magrinho) mostrou-me seu desenho. Era uma pessoa dando um tiro de revólver em outra. Estava escrito: NÃO AO HOMICÍDIO. Perguntei:**

- *Você já viu alguém dando um tiro de verdade?*
- *V: sim, no meu pai.*
- *Eu: Alguém então ajudou o teu pai a levantar, foi para o hospital?*
- *V: Ninguém ajudou. Eu ajudei. Eu tava junto –era pra nós dois ter morrido. Ele agora tá na prisão e minha mãe também.*
- *Eu: E quem deu o tiro também está preso?*

**04. What is social participation?**

*is in prison and my mother too.*

– *Me: And the person who shot him too?*

– *V: Yes, he is still in prison.*

Another boy, who was 6 years old, overheard the conversation and said:

– *I have already seen a gun. On top of the wardrobe at home, it's this big.*

Another, a 5 year-old, beside me said:

– *There's a gun in my house too. The 6 year-old said: both my fathers are in prison (the father and step-father). The 5 year-old: My step-father is in prison too.*

(BRINCADEIRAS, 01.12.2012)

The present and future of people living this kind of reality must be taken into account and transformed. It is sensitivity, indignation and responsibility that give this group in Maringá the strength to go against the current tide. Each community or society has its talents and problems. Each has its own characteristics and each also therefore has specific solutions. But could there be something in our practices that is common to our very diverse and rich cultures? We think so. The principles.

We are going to set out the principles that serve as our foundation. Readers may or may not identify with them, they may find that they do not fit in with their practice, which is completely fine; this is the way we can move towards discovering identities while respecting differences.

All activities are guided by principles, including *social participation*. The principles we uphold are guided by the concept of **human empowerment**. In other words, all individuals should have the opportunities to continually equip themselves for a dignified life. To achieve this, we are guided in our educational work<sup>(01)</sup>, by the following principles: radical inclusion, active participation, dialogue and responsibility (Müller, Rodrigues, 2001). The following example, drawn from the reports of the *Brincadeiras Project*, illustrates pedagogical practice that is inspired in the aforementioned principles.

(01) The *Brincadeiras Project* and the Core of the National Movement of Street Children, have been working with children and adolescents since 1997 using fun and political activities. The games are based on childhood culture and also involve strategies for approaching children. The youth workers receive training on a weekly basis. They are university students and people from the community. The only criterion for taking part is to love children. Every Saturday, the youth workers play with the children from the surrounding area with the aim of teaching them about the Status of the Child and Adolescent, developing their critical capacity and their ability for political organisation in order to solve their problems. They have to record their experiences in reports which can be consulted in the archives of the Multidisciplinary Programme of Study, Research and Defence of the Child and Adolescent. These reports have been used in a range of academic research.

**04. Participação social, o que é?**

– *V: Sim, ainda tá.*

Outro menino de 6 anos, escutando a conversa disse:

– *Eu já vi um revólver. Tem um na minha casa em cima do armário – é grande assim.*

O outro de 5 anos do meu lado disse:

– *Na minha também tem arma. O de 6 anos disse: Os meus dois pais estão na prisão (o pai e o padrasto). O de 5: Na minha casa também meu padrasto tá preso.*

(BRINCADEIRAS, 01.12.2012)

O presente e o futuro das pessoas que vivem esse cotidiano precisam ser cuidados, transformados. É a sensibilidade, a indignação e a responsabilidade que fazem aquele grupo de Maringá se movimentar no sentido contrário à tendência mais forte no momento. Cada comunidade ou sociedade tem seus talentos e também seus problemas. Há particularidades em todas elas e por isso, as soluções devem ser também particulares. Mas haverá algo em nossas práticas que pode ser comum às nossas tão diversas e ricas culturas? Acreditamos que sim. Os princípios.

Nesse sentido, vamos contar com quais deles trabalhamos. A partir daí, se os leitores forem se reconhecendo neles, ou rechaçando alguns deles por entenderem que em seu lugar de atuação não cabem, está muito bem, pois é a condição para que evoluamos em direção ao exercício do encontro de identidades em meio ao respeito às diferenças.

Os princípios orientam todas as ações, inclusive, a participação social. Os princípios que defendemos estão orientados pela ideia da **emancipação humana**, considerando que todos os sujeitos devem ter oportunidades para instrumentalizar-se constantemente para o exercício da vida digna. Para que o ambiente promova tais efeitos, em nosso âmbito de trabalho educativo<sup>(01)</sup> somos guiados pelos seguintes princípios: o respeito, a radicalidade da inclusão, a participação ativa, o diálogo e a responsabilidade (MÜLLER, RODRIGUES, 2001). A seguir exemplificamos uma prática pedagógica retirada dos relatórios do *Projeto Brincadeiras* que contempla os princípios mencionados.

(01) No *Projeto Brincadeiras* e no Núcleo de Base do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua trabalhamos desde 1997 com crianças e adolescentes por meio de atividades lúdicas e políticas. As brincadeiras são conteúdo da cultura infantil e também estratégias para a aproximação às crianças. Os educadores recebem formação uma vez por semana, são alunos universitários e pessoas da comunidade, cujo único critério para participar é gostar de crianças. Brincam todos os sábados com crianças da periferia com o intuito de ensiná-las o Estatuto da Criança e do Adolescente, desenvolver sua consciência crítica e capacidade de organização política para solução de problemas. Têm a obrigação de registrar suas experiências em relatórios que estão disponíveis para consulta no acervo do Programa Multidisciplinar de Estudos Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente e têm sido objeto de várias investigações.

Here is an example of our work in one suburb, which shows how the youth worker applies pedagogical principles that reflect the radical nature of inclusion and valuing of individuals.

A child comes running up to the youth worker and says:

- Patricia, do you know that Carla<sup>(02)</sup> has stolen two of the project's comics!
- Oh, really? But how can you be so sure?
- I saw her with both books!

I congratulate Natalia for having taken her responsibility for looking after the toys seriously and head off in the direction of Carla's house. When I got to the gate, I called her:

- Carla, hello, are you OK? Are you not coming to play today? We are waiting for you! I hear that you found and looked after two comics that we left lying around after the games last Saturday. That's good, have you read them?

She answers:

- Only a bit.
- Well, would you like to keep them for a little bit longer? When you have finished, you can tell us about the story and afterwards, we can pass the book on to any others that are interested.

She looked happy and nodded her head, smiling. A few minutes later, on another street of the neighbourhood, Natalia came up to me – the same girl that had told me the important news about the "forgotten" comics -, she ran up to me. I was worried, and asked her:

- What's wrong Natalia?" (I was scared that something serious had happened.)
- I forgot to tell you... I also kept one of the Project's hula hoops, so I ran to my house to find it, here it is."

(BRINCADEIRAS, 1999)

We could have focused on the theft in this episode, which would have led to comments, accusation, punishment, threat, disapproval, but instead it was transformed by virtue of the judicious intervention of the youth worker, creating a moment for learn-

(02) The names used were suggested by a child.

O diálogo começa com a criança perguntando à educadora:

- Patrícia, sabia que a Carla pegou dois gibis do projeto!
- Ah é? Mas por que você me diz isso com tanta certeza!
- Eu vi os livros com ela!

Agradei elogiando Natália por ter cumprido com o combinado de cuidar dos brinquedos e segui pela mesma rua em direção à casa de Carla. Chegando ao portão, chamei-a pelo seu nome:

- Oi Carla, tudo bem? Não vai brincar hoje? Estamos te esperando! Soubemos que "encontrou" e por isso guardou com você dois gibis que foram "esquecidos" depois das brincadeiras do sábado passado... parabéns em fazer a sua parte! E você se interessou pela leitura?

Respondeu:

- Só um pouquinho.
- Então que tal ficar mais um tempo com os livros... quando terminar de lê-los você nos conta a história e depois podemos passá-los adiante para quem mais tiver interesse.

Demonstrando-se satisfeita, Carla acenou um sorriso. Minutos depois em outra rua do bairro a Natália, a mesma menina que fez o importante relato sobre o "esquecimento" dos gibis, me seguia em correria. Assustada, perguntei-lhe:

- O que aconteceu Natália (tive medo que algo ruim tivesse ocorrido)?
- É que eu esqueci de te contar... eu também guardei este bambolê do projeto, então eu fui correndo lá minha casa buscar... aqui está.

(BRINCADEIRAS, 1999)

A cena contada, que poderia ter focado o roubo e resultado em fofoca, acusação, castigo, ameaça, reprovação, foi transformada com a intervenção acertada da professora em momento de aprendizagem e de reações positivas. Pelo que conhecemos, uma ação que se poderia esperar de um professor é que pelo menos uma das meninas, pelo castigo ou repreensão poderia ter sido excluída das atividades até que devolvesse o material. Ao contrário, respeitando a meta da inclusão, as meninas foram escutadas, elogiadas, não ficaram uma contra a outra, e afinal, devolveram os materiais que não eram delas. O tema, no mesmo dia foi levado para reflexão na Roda da Conversa

**04. What is social participation?**

ing and positive reactions. We could have expected, from a teacher's point of view, that at least one of the girls would be punished or reprimanded and be excluded from activities until the object was returned. But, on the contrary, by respecting the principle of inclusion, the two young girls were listened to, congratulated, did not fall out and returned the equipment that did not belong to them. That same day, the episode was discussed during the *talking circle* with children and adolescents, which was effective in ensuring that nothing else disappeared in the following months.

(MORELLI ET AL, 2012)

Aside from these principles, there are other convictions that make up the framework of content required to develop the *social participation* that we want to encourage:

*Anybody working in a community is an educator* –which means that they must become part of the community aware of the fact that they are influencing others by their example, behaviour and what they say. If they want to adhere to the ideology of social empowerment, everything they do should convey this intention.

*The educator must have the conviction:*

- of the need for social justice,
- that they are responsible for their work in practice,
- of the need for intervention at the current time and
- that with people and the world, there is always hope.

(MAGER, ET AL, 2011)

*The educator must respect people, culture (language codes, customs, values, survival techniques, etc.), rights and duties*– this point gives rise to a very complex question which is as follows: is it possible to respect culture and rights at the same time? Culture is full of rules that give meaning to community actions; rights and duties are also rules, by definition. When there is a contradiction between these two categories of rules, which takes precedence?

In Brazil, for example, there is a tribe of Amazonian Indians for whom it is customary to bury alive children who are born with a physical difference (what Western, "civilised" society would call a disability), for example, an arm without a hand. In these circumstances, how do you respect both culture and human rights (which defend the right to life)? Is this possible?

**04. Participação social, o que é?**

com as crianças e adolescentes e resultou muito eficaz para que nos meses seguintes os materiais não desaparecessem.

(MORELLI e outros, 2012)

Além disso, há outras convicções que compõem o quadro de conteúdos necessários para a construção da participação social que desejamos influenciar. São elas:

*Todo interventor em uma comunidade é um educador* –ou seja, deve estar na comunidade com a certeza de estar influenciando pessoas com seu exemplo, com seus comportamentos, com suas palavras. Portanto, toda sua ação, se quer ser coerente com a ideologia da emancipação social, deverá refletir essa intenção.

*O educador precisa ter a convicção:*

- da necessidade de justiça social,
- de que é responsável pela intervenção na realidade,
- da necessidade de intervenção no tempo presente e
- de que com as pessoas e o mundo sempre há esperança.

(MAGER E OUTROS, 2011)

*O educador deve respeitar as pessoas, a cultura (códigos de linguagens, costumes, valores, formas de sobrevivência, outros), os direitos e deveres* –neste item reside uma grande complexidade que é a seguinte: se pode respeitar ao mesmo tempo a cultura e os direitos? A cultura é plena de regras que dão sentido às ações das comunidades; os direitos e deveres são regras por definição. Mas, e quando a cultura e os direitos / deveres entram em choque, qual destas regras deve prevalecer?

No Brasil, por exemplo, existe na atualidade uma tribo de índios na Amazônia que tradicionalmente enterra vivas as crianças que nascem com alguma diferença no corpo (o que a cultura ocidental considerada civilizada chamaria de deficiência<sup>(02)</sup>), como por exemplo, um braço sem mão. O que seria respeitar a cultura e os direitos humanos (que defendem a vida) nesse caso? É possível?

Há algumas (muitas) situações limites que nos põem em choque na busca da coerência. Somos ademais, meio confundidos com a ideia de que os direitos não são fruto

(02) Existe uma tribo que considera todas as pessoas normais do jeito que são – diferentes. Lá não existe o conceito da deficiência. Uns têm talentos para fazer cerâmica rápido, outros mais lentos, outro caça bem, outro colhe frutas sem tanta habilidade, etc. Uma pessoa com Síndrome de Down, por exemplo, é normal, mesmo sendo infrequente.



**04. What is social participation?**

There are extreme situations that test our efforts to be consistent. Moreover, we are troubled by the idea that rights are not the fruit of culture, but are universal. But in reality, they are a human creation and have, undeniably, been established in the modern age by the dominant European culture. This being said, even if an idea does not come from our culture or time, it can still be good. However, it is important to always explore the issue so that it can be used adequately.

As for the case at hand: it is important to take a stance. We suggest one option: respecting other cultures means giving them exactly the same value we give to our own. No less, no more: exactly the same. That means that, if we find ourselves faced with a situation we deem to be unacceptable, such as the burying alive of children, we should be able to adopt a stance in favour of the life of children. This position should not be violent but rather the result of tireless efforts for dialogue, until it successfully leads to transforming this social norm. In this particular case, we were approached in order to take part in initiatives to eliminate this practice because, in reality, this community itself was divided and it was the interested parties themselves that took the initiative to ask for help.

Our culture is governed by the principle of respect for human rights and this leads to a political struggle, because it is precisely this that we are confronted with in current society: not a lack of laws, but non-respect for the existing conventions and continued enforcement of unfair conventions. That said, international legislation probably also has its shortcomings.

But laws are not everything. There are stronger powers than the law itself and the more or less romantic customs of the traditional Western world. The powers which establish the living conditions for people and their subjectivities are part of the politics of society.

**04. Participação social, o que é?**

da cultura, que são universais. Mas eles são criação humana e, incontestavelmente, temos hoje uma grande herança da cultura dominante europeia da Idade Moderna. Mesmo não sendo do lugar ou do tempo que somos, uma ideia pode ser boa. Mas são imprescindíveis sempre reflexões para que ideias sejam adequadamente utilizadas.

Bem, quanto ao caso citado, uma posição devemos ter. E a nossa nos encaminha para a seguinte direção: respeitar as culturas é dar exatamente o mesmo valor para as outras que para a nossa. Nem mais nem menos valor para uma ou para outra. Nesse sentido, ao depararmos com algo que consideramos inaceitável, como seria o enterro das crianças vivas, deveríamos tomar alguma atitude a favor da vida das crianças. Essa atitude não deveria ser violenta, e sim, resultado de busca incessante de diálogo, a ponto de culminar no êxito da transformação daquela regra social. No caso específico fomos motivados a participar de ações a favor da eliminação daquela prática também porque aquela comunidade se mostrou dividida e foram os próprios membros que tomaram a iniciativa de pedir ajuda.

A nossa cultura é motivada pelo princípio do respeito aos direitos humanos e isso implica em lutas políticas, pois, exatamente o que nos molesta na sociedade atual, não é a falta de leis, mas o desrespeito a convenções já existentes e por outra parte, a vigência de algumas convenções injustas. Contudo, se falamos a nível internacional, provavelmente faltam algumas leis.

Mas as leis não são tudo. Existem poderes mais fortes que a própria lei e que as regras mais ou menos românticas das culturas tradicionais. Os poderes que conformam as condições de vida das pessoas e suas subjetividades são parte constituinte da política da sociedade.

# [ POWERS AND POLITICAL STRUGGLES ]

A participação social  
e a formação política

Territórios a desbravar

# [ PODERES NO ÂMBITO DA LUTA POLÍTICA ]

Intentional actions that lead to consequences for groups of people are, by very nature, political actions. From this point of view, politics extends far beyond a system of political parties or trade unions. Politics is the practical way of acting within society, based on intentions and criteria that guide us. Where do these criteria come from? From laws, traditions, what we deem to be correct or erroneous, from our own understanding, demands and experiences.

Below we will address a few concepts that are inextricably linked to politics and that we should be aware of, so as to guard against beings wept along by naive knowledge, which Paulo Freire warns us about (1987). Ingenuousness is dangerous, because it can lead to mistakes. Naivety does not belong to the purist, who sees the world through rose-tinted glasses, without conflicts or injustice. Naivety manifests itself when an individual offers their view of the world, believing it to be *the* truth. Usually this is the fruit of information from mass media, with no scope for deepening arguments, which are rooted more in belief in their own convictions than in an attempt to explain phenomena with technical or scientific data.

From the countless aspects of politics, we have decided to discuss the ideas of *power and power techniques*. (Foucault, 1979, 1986)

As ações intencionais com consequência para grupos de pessoas são por natureza ações políticas. Nesse sentido, política vai além da compreensão relacionada somente a partidos políticos ou a sindicatos. Política é o modo prático como atuamos na sociedade, movidos por intenções e critérios que nos orientam. De onde vêm esses critérios? Das leis, das tradições, do que se nos apresenta como certo e errado, do entendimento próprio, da vontade, das experiências.

A seguir comentamos alguns conceitos intimamente ligados à política e que precisamos conhecer para não sermos levados pelo conhecimento ingênuo, sobre o qual nos adverte Paulo Freire (1987). A ingenuidade é perigosa, porque ela engana o próprio sujeito. O pensamento ingênuo não é aquele purista, que vê o mundo amável, sem conflitos, sem injustiça. O pensamento ingênuo se manifesta quando o sujeito faz a crítica do mundo pensando que o que percebe é a verdade. Normalmente é fruto de informações da mídia massiva e sempre sem condições de aprofundamento nos argumentos que se originam mais da crença em suas próprias explicações do que da possibilidade de explicar os fenômenos com dados técnicos ou científicos.

Entre os inumeráveis aspectos que se poderiam comentar sobre a política, elegemos pincelar comentários sobre *poder e técnicas de poder*. (Foucault, 1979, 1986)

We are accustomed to viewing anybody with a thirst for power as somebody who lacks dignity, is greedy and miserly. However, Elias (1993) points out that this is perhaps what we are used to seeing and that if one does not desire power for this reason, room can be made for those who are not bothered by this image. In other words, it is when we feel outrage at an unfair society and we commit ourselves to changing it, that we realise that the strongest power is one which gives rise to injustice and inhumanity.

Those who control society are the most powerful. Politics does not exist without social relationships and all relationships contain a power dynamic. If we want to transform society, we must obtain the power necessary to make things change. And when we manage to change something, that means that our power is strengthened. This does not mean that people think we are greedy. On the contrary, we are taking our responsibility seriously regarding people and the world surrounding us.

In order to do politics effectively, it is essential to learn about the theory and practice of power. In Maringá, we have taught the children what politics is because we believe that it is not acceptable to only learn about these concepts as an adult. Advocacy for a better world would happen more quickly if we developed more effective lobbying powers from childhood. In different cultures and at different ages, it is still possible to identify situations and take action for them to be maintained or changed. In all communities, at all ages, there is always somebody who dominates the moment. In other words, there are always dominant powers.

In our community and in the world as a whole, it is important to identify the "power techniques" (Foucault, 1979) applied to our actions and which ones were less powerful than those of others.

One of the power techniques of the Modern age has been bureaucracy (SOUZA, 2010). It is not always the strongest force that blocks the course of events. Often, the force stems from inertia, from non-movement or slow movement. Bureaucracy has the power of slowing everything down (which is in some people's interests), and is supported by the authority of institutions' internal rules and civil servants whom we put this authority into practice.

In addition, appearance (another technique) makes us believe that we are free, that nobody is stopping us from doing what we want to do, but in practice this is made unattainable (due to a stronger will). For example, the time it takes to process visas for Africans wanting to travel to Europe: nobody bans the visas, but bureaucracy complicates the process to such an extent that the result is the same as if it were prohibited

É comum que aprendamos na própria definição de poder, que quem o deseja é quase sinônimo de alguém ganancioso, avarento, pouco digno. Mas Elias (1993) nos alerta que talvez isso seja o que estamos mais acostumados a ver; no entanto, ao não desejarmos o poder por estes motivos, justamente o deixamos a quem não se importa com isso. Ou seja, quando nos indignamos com a sociedade injusta e nos implicamos em sua transformação, nos deparamos com que o poder mais forte é o que provoca a injustiça e a desumanidade.

Quem manda na sociedade é quem está tendo maior poder. A política não existe sem relações sociais e todas as relações contêm dinâmicas de poder (Foucault, 1995). Se quisermos transformar a sociedade precisamos ter poder para isso, ou seja, se a transformarmos significará que nosso poder foi mais forte do que o que vinha vigendo. E nem por isso podemos ser classificados de avarentos –longe dessa definição, estaremos exercendo nossa ética de responsabilidade com as pessoas e o mundo onde vivemos.

É fundamental, portanto, aprender teorias e práticas do poder, para que façamos política com eficácia. No caso da experiência em Maringá, temos levado o conhecimento político às crianças, pois entendemos que não é admissível aprender sobre política somente quando se é adulto. A história de reivindicações de um mundo melhor irá mais rápida se já for construída com poderes de intervenção mais eficazes desde a infância. Em diferentes culturas e em diferentes idades, há sempre possibilidade de reconhecer e de intervir nas situações que interessam que sejam mantidas ou transformadas. Em todas as comunidades e idades há quem determine a situação posta. Ou seja, em todas há poderes dominantes.

Algo importante é reconhecer em nossa comunidade e no mundo global quais têm sido as "técnicas de poder" (Foucault, 1979) determinantes de nossas ações como menos poderosas que as de outros.

Uma das técnicas de poder da Modernidade tem sido a burocracia (SOUZA, 2010). Nem sempre a força mais forte é a que se opõe energeticamente ao andamento das coisas. Frequentemente a força ocorre por inércia, pelo não movimento ou pelo movimento lento. A burocracia tem esse poder de fazer tudo (o que interessa a alguns) demorar, amparada na autoridade das normas internas das instituições e de funcionários que as fazem efetivamente funcionar.

Assim, a aparência (outra técnica) nos faz acreditar que somos livres, que não nos impedem de realizar as ações que queremos, mas efetivamente na prática, elas se inviabilizam (o que é vontade do poder maior e que acaba mandando). Por exemplo, a



(Africans do not travel to Europe), and moreover, without confrontation. The individual resigns himself. This acceptance does not mean that they are not annoyed; it arises from the impossibility of overcoming the situation. Where does this resignation come from? Amongst other things, from a technique used by those in power: the scattering of duties and authority, which prevents us from complaining, because we do not really know who to complain to, and civil servants say that they are under orders from their superiors and have no power over the situation.

Every society is made up of structures, laws, institutions, rules and very concrete operations that shape situations. We must have profound knowledge of these mechanisms in order to outplay them, in other words so as not to be caught short and so that they do not set the course and rhythm of our struggles.

An extremely important aspect—but which is generally deemed insignificant – is the quality of the personal relationship (positive or negative) which is established when solving a problem. It is always important to be able to identify who we can rely upon, because no system is 100% consistent. When we speak about individuals, or circumstances, there are always exceptions to the rule, which can either provide significant support, or hinder our objectives. For example: a few years ago, when we were playing, as part of the *Brincadeiras Project* in Maringá, we discovered a boy hidden behind a bush, bleeding. He had been shot. We took him to the nearest hospital. At the reception we were told that they could not take him because we did not have any money. We should take him to the public hospital. And yet, in Brazil, every child has the right to health:

---

**Article 4. It is the duty of the family, society and the State to assure the child and the adolescent the right to life, health, food, education, recreation, vocational training, culture, dignity, respect, freedom and family and community life, with absolute priority.**

**Single paragraph. The priority guarantee includes:**

**a) full protection and help in all circumstances;**

**[...] (STATUTE OF THE CHILD AND THE ADOLESCENT, LAW 8069/90)**

---

We were aware of this law and we could have invoked it but, given the dynamics of the hospital and the attitude of the person, we knew it was better not to waste time, since the boy was in danger, and we decided in a hurry to go and seek care elsewhere. We later reported the hospital.

tardança para os passaportes ou vistos de africanos para viagens a Europa. Ninguém os proíbe, mas a burocracia dificulta a tal ponto de conseguir o mesmo resultado da proibição (a não viagem do africano a Europa), ademais, sem enfrentamento, com a resignação do sujeito. Resignação neste caso, não significa sem enfado. Mas impossibilidade de vencer a situação. De onde vem a resignação? Entre outras coisas, de outra técnica de poder que é a disseminação das funções e autoridades de maneira que se pretendêssemos reclamar, não saberíamos exatamente a quem e os funcionários diriam que cumprem ordens e não tem nada com a situação.

Cada sociedade está constituída de estruturas, leis, instituições, regras e funcionamentos muito concretos que efetivam as situações. Devemos conhecer com profundidade esses mecanismos para que os dominemos, isto é, para que não nos peguem de surpresa e mudem o trajeto de nossas lutas ou o ritmo delas.

Algo que comumente parece casual é a importância de uma relação pessoal (positiva ou negativa) na resolução de algum problema. É sempre importante localizar com quem se pode contar, pois nenhum sistema é homogêneo cem por cento. Há pessoas e situações que destoam da regra geral e podem servir de muito apoio ou de maior resistência às nossas intenções. Por exemplo: há alguns anos, quando brincávamos no *Projeto Brincadeiras* em Maringá, nos deparamos com um menino escondido atrás de um arbusto, sangrando. Havia levado um tiro. O levamos ao hospital mais próximo. Disse o funcionário que não o podia atender porque não tínhamos dinheiro. Que o levássemos ao hospital público. No entanto, toda criança no Brasil tem direito à saúde:

---

**Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**

**Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:**

**a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;**

**[...] (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LEI 8069/90)**

---

Tínhamos ciência da lei e poderíamos reivindicá-la, mas, conhecendo a dinâmica do hospital e a pessoa em especial que se apresentava ali, sabíamos que tardaríamos muito em atender o menino. Decidimos, pela pressa que impunha a circunstância, irmos a outro lugar cuidar da criança. Mais tarde denunciámos o hospital.

Nevertheless, it is important to note that the employee, as a loyal advocate of the policy of the institution they work for, presumed we were unaware of the law and said that we could not be admitted because it was a private hospital. This is where another key factor comes into play: knowledge.

What do you need to know to obtain political power? International, federal, regional, local laws, etc. But they are nothing without a system that does or does not put them into practice. This system should be known. It is made up of institutions that carry out roles and hold authority. We must be familiar with each of their roles, their obligations and what the bounds of legal action are, on an institutional level, in the event that they are not fulfilling their role. For example, in Brazil, the country is organised around three major official powers enshrined in the Constitution: the Legislature (which draws up the laws), Executive (that implements them) and the Judiciary (that judges whether or not these laws are respected). This structure is important, but under no circumstances is the structure itself the guarantee that it will function correctly. If this were the case, we would not find so many cases of corruption amongst the people who are in positions of power.

The way in which powers are formed has a strong influence on circumstances. Let's see: the powers of the Legislature and Executive are made up of citizens elected by the population, whilst the Judiciary is made up of men – and a few women – who are selected through a competition. They are replaced when they die, or when they retire. It follows that, insofar as the rules allow, it often happens that the richest get themselves elected and draft laws to their advantage. This is one of the reasons that explains, for example, why in Brazil there has still not been any agrarian reform worth speaking of. Some major landowners are amongst those who draft the laws, and others are amongst those who implement them. As for the Judiciary, we know very little, as it is more protected. This is a situation that has been perpetuated for decades and is extremely difficult to change (but not impossible).

In this country, there is another effective, informal power, and that is the media. All Brazilians, no matter where they live, have a television. The content conveyed is tendentious (sometimes explicitly, sometimes insidiously) in favour of certain companies and political stances. The main media power has never been from the left, on the side of social justice. This is to be expected, given that it is an activity that aspires to money and power. The media deliver information as though it were the truth. If we do not want to see only the leading powers using information to their advantage, we must be extremely well-informed ourselves. We must carefully research the issue of budgets,

Mas é importante observar que o funcionário, defendendo a política da instituição, jogou, confiado em nosso desconhecimento da lei, e disse que não podia atender-nos porque era um hospital privado. Aqui entra em cena outro importante fator: o conhecimento.

O que é importante conhecer para termos poder político? As leis internacionais, federais, regionais, locais. Mas elas não são nada sem um sistema que as coloca ou não em prática. Esse sistema deve ser conhecido. É composto por instituições que executam funções e detêm autoridade. Precisamos saber a função de cada uma delas, suas obrigações e quais as margens de ações legais, institucionais, para o reclamo caso não as cumpram. Por exemplo, no Brasil o país se organiza em três grandes poderes oficiais previstos na Constituição: o Legislativo (que elabora as leis), o Executivo (que as executa) e o Judiciário (que julga se as leis estão sendo respeitadas ou não). Esta estrutura é importante, mas nenhuma estrutura por si mesma garante seu pleno funcionamento. Se fosse assim, não encontraríamos lá tantos casos de corrupção entre quem está no poder.

A forma como se compõem os poderes é em grande parte definidora das circunstâncias. Senão vejamos: os poderes Legislativo e Executivo são compostos por cidadãos eleitos pela população, já o poder Judiciário é constituído por senhores e alguma senhora aprovados em concursos públicos. Só saem quando morrem ou se aposentam. Daí decorre que, como as regras permitem, frequentemente, quem tinha mais dinheiro se elegia e fazia as leis a seu favor. É esse um dos motivos, por exemplo, que explica até hoje não termos realizado uma reforma agrária consistente no Brasil. Grandes latifundiários estão entre os que fazem as leis, outros entre os que as executam. Sobre o poder Judiciário se sabe pouquíssimo, é o mais protegido. É uma situação que se perpetua há várias décadas, e dada a tradição, se apresenta como de difícilíssima mudança (mas não impossível).

Nesse país também existe outro poder efetivo, não formal, que é a mídia. Todos os brasileiros têm televisão de uma ponta à outra do país. O conhecimento veiculado é tendencioso (às vezes explicitamente outras vezes de forma insinuante) a favor de determinadas empresas e de certas posições políticas. Jamais o poder midiático principal foi de posição mais à esquerda, a favor da justiça social. E nem deveríamos esperar, pois a mídia é uma empresa que visa lucro e poder. A mídia joga com a informação como se fosse a verdadeira. Para que os poderes mandantes não usem informação somente a seu favor, temos nós que estar muito bem informados. Para tanto, é importantíssimo ter diagnósticos locais a partir dos direitos humanos. Devemos procurar

amenities, shelters, spending, professionals, public needs, etc. in order to have valid and reliable arguments and counter-arguments regarding the demands that we believe to be relevant.

Faced with so much power, it is essential to pit it against an anti-hegemonic power: social movements. This idea should take shape through individual research and experiences. Collective problems have collective solutions. Non-institutional political organisation could represent a major counter-power faced with the institutional system, precisely because it can work in an unpredictable way, with an element of surprise, unlike organised institutions.

Collective organising with the aim of turning oppression and injustice into justice and freedom is a type of *social participation* that should be done carefully; given that it can represent a threat to hegemonic power, we must be able to put up an opposition, or even have a plan of attack.

Political actions are marked by ideologies, ethics, systems, institutions, rules, individuals, but also go hand-in-hand with strategies, which are methods chosen to override the opposition in order to achieve the desired objectives. Strategies may be: dialogue (which we believe to be the ideal), direct confrontation, tactical withdrawal, deviation, training, indirect routes, temporary or permanent abandonment, to mention but a few. The choice of strategy will always depend on the circumstances, which will have been duly analysed.

saber sobre orçamentos, equipamentos, centros de atendimento, gastos, profissionais, demanda de público, etc. para que tenhamos argumentos e contra-argumentos válidos e fiáveis sobre as reivindicações que acreditamos serem pertinentes.

Ante tanta força, faz-se imprescindível apresentar o que é um poder contra hegemônico: os movimentos sociais. Esse conhecimento também deve ser apropriado pelo ensinamento e pela experiência de cada um. Problemas coletivos se resolvem coletivamente. A organização política não institucionalizada formalmente pode vir a ser um grande poder contra o sistema institucional, pois este exatamente pode surpreender pela imprevisibilidade, pela surpresa, pelo que a instituição, tão organizada, não conhece.

Organizar-se coletivamente com a motivação da transformação da opressão e da injustiça a favor da justiça e da liberdade é uma forma de participação social que merece cuidado, pois pode vir a significar uma ameaça ao poder hegemônico, e como tal, deve contar com resistências e talvez ataques.

As ações políticas além de estarem povoadas por ideologias, éticas, sistemas, instituições, regras, pessoas, são acompanhadas de estratégias, que são as formas eleitas para transpor a resistência com a qual o poder de um lado se depara com o do outro lado para chegar às metas desejadas. Entre as estratégias conta-se com o diálogo (é de nossa parte, considerado sempre a forma ideal), enfrentamento direto, recuo tático, desvio, formação, vias indiretas, abandono temporal ou definitivo, muitas outras. Sempre dependerá das circunstâncias bem analisadas.

## [ DUTY AND PURPOSE ]

## [ O DEVER E O DEVIR ]

Clearing the way symbolically of dense undergrowth that would be *social participation* in theoretical terms, in this text we have done a bit of pruning, cutting a branch here and there, and we have marked out a path that will lead us to the clearing we long for so much. Here then are a few concepts which guide practice-like torches that light up a path -, which set out options of routes to follow, reducing the likelihood of making a mistake or getting lost in the darkness.

Social practice is not more important than what motivates it. In other words, knowing why we are on the road is as fundamental as lighting the way. It is about ethical grounds. We believe it is fair, correct and necessary to engage in building the world. It is a matter of responsibility. Of duty. A duty and a purpose that can only be demonstrated and exist in current practice.

The concept that we are defending, and which is undoubtedly shared by a number of this text's readers, the pillar supporting our work, is the ethics of social justice. Justice commands respect from everybody and therefore includes concepts balanced between freedom and responsibility, as advocated by Bauman (2009). In other words, if we focus on freedom, we could end up with the extreme of individualism, with each individual or social category out for themselves. It is neo-liberal freedom that has

Desbravando simbolicamente o terreno emaranhado de mato que seria a participação social em termos teóricos, fomos neste texto conversando, como que cortando um galho aqui, outro acolá e construindo um pequeno caminho de passagem que conduz à clareira desejada. Aqui vão, portanto, alguns conceitos que orientam a prática, como as tochas que iluminando as veredas, dão opções às trajetórias a seguir, diminuindo as possibilidades de perdas e enganos na escuridão.

Tão importante quanto a prática social é o que a motiva, ou, dito de outra forma, tão fundamental quanto iluminar caminhos é saber por que caminhamos. Esse motivo é ético. Achamos certo, correto, necessário implicar-nos na construção do mundo. É uma questão de responsabilidade. De dever. Dever com o devir que só pode se manifestar e existir na prática do tempo presente.

Na concepção que defendemos e que provavelmente coincide com muitos leitores deste escrito, o pilar que sustenta toda nossa ação é a ética da justiça social. A justiça prevê o respeito a todas as pessoas e ao mundo e contempla, portanto, as noções equilibradas entre liberdade e responsabilidade, como nos ensina Bauman (2000). Ou seja, se priorizarmos a liberdade, pode-se chegar ao extremo do individualismo, com cada sujeito ou categoria profissional, por exemplo, reivindicando a sua. Essa é

prevailed and led to submissiveness and poverty for entire countries. In the name of freedom for our citizens, we oppress and kill others. This freedom disregards and ignores those who are not part of a certain region, category or lineage.

Freedom is a condition for human dignity (Freire, 2007), and freedom of one cannot compromise the freedom of another. It is therefore necessary to find a compromise. Is it possible for the majority of people to contemplate compromise? Yes, when *social participation* is intense, qualified and when there is a high level of participation from those concerned. In order for *social participation* to be significant, it is crucial that what we want is clear, as well as the political campaign strategies required to promote our position. You also need a lot of skill in building relationships through participation.

It is precisely for this reason that we are promoting citizenship as an exercise (Mager et al, 2011). From childhood, people must experience and tap into *social participation* in their living environment. They must feel that their ideas are important, that they deserve to be heard, because it is a contribution to a better life for all. Being a citizen means being present, claiming a role in social processes and community policies. A citizen is somebody who takes on this role in all spheres of social life, whether in their neighbourhood, company, workplace, play areas. As Tomás and Müller (2010) state, "the acquisition of civil behaviour is not innate, nor does it come about through indoctrination, but rather it is something that develops as we exercise civic rights and duties: we learn democracy by doing it". Democracy needs to be learnt and, therefore, taught. Below is an example which serves as an illustration:

**The Brincadeiras Project and the MNMMR (National Movement of Street Children) were available once a week in a suburban neighbourhood with the children, giving them the opportunity to play 'properly' and also to teach them about their rights and the importance of political awareness and organisation. One day, this group received a monetary donation from a Spanish lady. [...] The youth worker gathered the children, of varying ages, together, (about 30 children aged from two to seventeen years old), and told them about the Euros. There was an initial talking circle to discuss what could be done with them. The first consensus was that the money should be used to buy toys (tennis rackets, table football, basketball board and ball, amongst others). But no proposal was satisfactory because they concluded that only a small number of children could play at once. They then reached the conclusion that it would have to be cheaper toys, that way we could buy more and for all ages. Finally they came to the unanimous decision, after several suggestions**

a liberdade neoliberal que tem mandado e provocado submissão e miséria de países inteiros. Em nome da liberdade dos seus cidadãos, se oprimem e matam outros. Essa liberdade desrespeita e se desresponsabiliza com quem não faz parte de determinado território, categoria ou descendência.

A liberdade é condição da dignidade humana (FREIRE, 2007) e a liberdade de um, não pode ferir a liberdade de outro. Para isso é necessário entrar em acordos. Qual a possibilidade de os acordos representarem a maioria das pessoas? Quando a participação social for intensa, qualificada, com alto grau de participação dos sujeitos interessados. Para que a participação social seja consequente éelementar a clareza do que se quer, e das estratégias políticas na luta pelo poder de fazer prevalecer a nossa posição. É também necessária muita habilidade nas relações dessa prática cidadã.

Por isso defendemos a cidadania exatamente como exercício (MAGER e outros, 2011). Desde pequenas as pessoas devem ir vivenciando (conquistando) oportunidades de participação social em seus espaços de convivência. Elas devem sentir na prática que suas ideias são importantes, que merecem ser ouvidas, porque é uma contribuição a uma vida melhor para todos. Ser cidadão significa estar presente, reivindicar protagonismo nos processos sociais e políticos da comunidade. Cidadão é aquele que assume esse estatuto em todas as esferas da vida social, ou seja, no bairro, na empresa, no estabelecimento onde trabalha, nos espaços onde brinca. Como dizem Tomás e Müller (2010), "a aquisição de comportamentos cívicos é uma questão que não é nem inata nem de doutrinação, mas algo que se constrói no exercício dos direitos e dos deveres de cidadania: aprende-se a democracia praticando-a". A democracia precisa ser aprendida e, portanto, ensinada no exercício pedagógico. Segue um exemplo de nossa prática para ilustrar o que acabamos de mencionar:

**O Projeto Brincadeiras e o MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua) atuavam semanalmente em um bairro periférico com crianças, oferecendo a elas a oportunidade de brincar de forma qualificada, ao mesmo tempo ensinando-lhes sobre seus direitos e, ainda, sobre a importância da consciência e da organização política. Um dia aquele grupo recebeu uma doação em euros de uma senhora espanhola[...]. A educadora reuniu as crianças de idades variadas (dois a 17 anos, cerca de 30 naquela ocasião) e contou sobre a história dos euros. Houve uma primeira Roda da Conversa para ver o que se poderia comprar. O primeiro acordo foi que o dinheiro deveria ser utilizado na compra de brinquedos (raquetes de tênis, jogo de pebolim (futebol de bonecos), tabela e bola de basquete, entre outros). Nada sa-**



and votes – each time mediated by the youth worker -, to buy 15 balls. The following week, the discussion focussed on where the purchase would be made. They bought the balls in a local shop, so that the money would stay in the neighbourhood. Then for the next stage: who would look after the balls at the end of the Saturday games? The children would say: if the balls belong to us, why is it the youth workers who keep them? If they belong to us, why can't we also play with them during the week? The youth worker then asked how we could resolve this issue, and they suggested they keep them, and bring them with them on Saturday, that way they could play with them during the week. A list of interested parties was drawn up and they voted, one by one, to see who would look after the ball first.

(MÜLLER, 2010)

Democratic political thinking is justified by the conviction that democracy is the best known system for people of any age or background to feel equal in terms of rights and aspire to the conditions which will help transform their lives. Of course, we could object, in all logic: *...but if what we want is social justice, and if the reason for global injustice comes from countries that are mostly democratic, is it not contradictory to want to encourage democracy?*

The democracy that exists in all countries is *representative democracy*. It can be summed up in the guarantee to elect representatives. All the rest is developed by the actions of the elected representatives, normally unknown to the voters, and, more often than not, the result of obscure agreements or authoritarian, or even illicit acts. The proposal is not to get rid of democracy, but to optimise it. In practice, representative democracy has not really allowed for the ideal type of democracy to materialise. We believe in *participatory democracy* (Santos, 2002), which involves an ever-growing conquest for opinion-sharing and decision-making fora in the communities we live in and with which we have a relationship. This involves a tireless quest for all individuals to reach a high level of *social participation* – women, men, other genders, children, the elderly, young people, adults, married women, single women, children born outside of wedlock, etc., etc.

From a human rights perspective, it is very interesting to observe the wide range of solutions that communities with little coverage by media from "developed" countries (now "emerging"), and which have been the subject of little academic research, find to solve their problems. In East Timor, for example, in spite of extreme poverty and the

tisfazia porque concluíam que poucas crianças poderiam brincar ao mesmo tempo com aquelas coisas. Então chegaram à definição de que deveriam ser brinquedos mais baratos, que pudessem ser adquiridos em maior quantidade e com que diversas idades pudessem brincar. Resolveram depois de propostas e votação sempre intermediadas pela educadora, por unanimidade, comprar 15 bolas. Na semana seguinte, estabeleceu-se a discussão sobre onde seria feita a compra. Compraram no próprio bairro para que o dinheiro ficasse ali. Veio o passo seguinte: com quem ficariam as bolas quando a atividade realizada no sábado acabasse? As crianças questionaram: se as bolas são nossas, por que os educadores têm que guardar? Se são nossas, por que não podemos brincar durante a semana também com elas? A educadora perguntou como poderia ser resolvido o problema e então sugeriram que ficassem guardadas nas casas das crianças e, no sábado, elas trariam as bolas, podendo brincar durante a semana. A educadora perguntou como poderiam organizar-se já para a semana seguinte, pois todos queriam levar as bolas e havia menos bolas que crianças. Elas decidiram fazer uma lista dos interessados e votaram, um a um, a ordem de quem começaria levando as bolas para casa.

(MÜLLER, 2010)

A formação política democrática se justifica pela convicção de que a democracia é o melhor sistema que conhecemos para que as pessoas de qualquer idade ou situação possam sentir-se iguais em direitos e buscar condições para a transformação de suas vidas. Entretanto, alguém poderia observar com muita lógica: *...mas se o que queremos é justiça social, se quem tem provocado a nível mundial a injustiça são países predominantemente democráticos, não há uma contradição em estimularmos a democracia?*

A democracia que existe em todos estes países é a *democracia representativa*. Quase que se resume a garantia de votar em representantes. O demais é desenvolvido por ações dos eleitos, frequentemente desconhecidas pelos votantes, e muitas delas, resultado de acordos obscuros ou de atos autoritários e até ilícitos. A proposta então, não é acabar com a democracia e sim, otimizá-la. Na prática, a democracia representativa não tem permitido que a democracia na sua forma ideal se concretize. Nossa aposta é na *democracia participativa* (SANTOS, 2002), que consiste em conquistar cada vez mais espaços de opinião e decisão nas comunidades onde vivemos e com as quais nos relacionamos. Isso significa a busca para que todos os sujeitos tenham altos graus de participação social – mulheres, homens, outros gêneros, crianças, idosos, jovens, adultos, mulher casada, mulher solteira, filhos bastardos, etc, etc.

lack of public policies, no children are abandoned or murdered. There, there is always an adult who knows that such and such a child is their responsibility – so if the father is not around, the uncle takes care of them, and so on. In this case, culture clearly shows us what many authors highlight: proposals for the world that are based solely on logical arguments will not lead to good results. A world based on this notion ends up placing more value on technique and machines than on people. It is important to take on board human materiality and subjectivity in order to make the world more humane. And within this subjectivity, we must accept that human nature is biological and social, and that we develop according to the relationships we establish with everything surrounding us. Human relationships are never exclusively logical – they always bring with them feelings, symbols, meaning, motivations, desires, and initiatives, ethical stances which can be crushed or, on the contrary, developed by culture, politics or the economy.

Another example: in a community of Mozambique, in Africa, when a young person carries out an act that is considered wrong according to customary rules, the entire community forms a circle around the perpetrator. Each one utters something positive about the young person, to remind him that he is a good and valuable person. The notion of guilt and punishment, so present in other cultures, here fades away.

Here is another example of many: in Brazil, an indigenous community of the Paraná region gathers members of the community together on the football pitch when a decision needs to be made. Those who vote for one option move towards one of the goals, and the others the other direction. It is interesting to note that people vote with their whole body and not just with their hand. And even more striking: a pregnant woman's vote counts as two.

In order to promote *social participation*, we, as social workers, must steer individuals, who are constantly learning – just as we are -, towards community actions that serve collective interests. To do so, they must be listened to.

That does not mean that we must do everything that they say – that would not be democratic. It means that there is room for building human and social relationships in the context of a collective life. Below is an extract of requests from ten-year old children from the city of Maringá, which were put forward to, with support from the youth workers, the local leaders and the school:

A partir dos direitos humanos interessam profundamente as variações e soluções que as comunidades pouco visíveis na mídia dos países “desenvolvidos” (que agora estão submergentes) e nos estudos acadêmicos, encontram para seus problemas. Por exemplo, no Timor Leste, apesar da pobreza extrema, da falta de políticas públicas, não existem crianças abandonadas nem sendo exterminadas. Lá há sempre um adulto que sabe que determinada criança é de sua responsabilidade – assim, se falta o pai, o tio a cuida, e assim por diante. Nesse caso sua cultura nos mostra na prática algo que em teoria muitos autores vêm argumentando: as proposições para o mundo fundadas somente na razão lógica não deram bons resultados. O mundo assim valorizou mais a técnica e as máquinas, do que as pessoas. É preciso considerar a materialidade e a subjetividade humana para fazer do mundo, um mundo mais humano. E nessa subjetividade há que se assumir que a natureza humana é biológica e social, e nos desenvolvemos nas relações estabelecidas com tudo e todos. Nunca as relações humanas são somente lógicas – são sempre acompanhadas de sentimentos, símbolos, significados, motivações, vontades, iniciativas, posições éticas que podem ser aniquiladas pela cultura, pela política, pela economia ou podem ser potencializadas.

Outro exemplo: em uma comunidade de Moçambique, na África, quando um jovem pratica algo considerado errado para os padrões de lá, toda a comunidade se reúne em círculo com o jovem no meio. Cada um diz uma qualidade positiva que ele possui, para que se recorde do quanto é uma pessoa válida e boa. Não existe neste caso a tão incorporada noção da culpabilidade e da obriedade do castigo de algumas outras culturas.

Ainda outro exemplo dos infundáveis que existem: no Brasil, uma comunidade indígena da região do Paraná quando deve decidir alguma coisa, se reúne no meio do campo de futebol. Os que votam em uma posição caminham até a goleira de um lado, e os que votam em outra, caminham ao lado oposto. Interessante é observar que votam com todo o corpo e não só com a mão, mas mais ainda é que o voto da mulher grávida vale dois votos.

Nós, trabalhadores sociais, para promover a participação social, devemos trazer os sujeitos, que são sempre sujeitos em formação, como nós, para as ações comunitárias a favor dos interesses coletivos. Para tal, é condição substancial que sejam ouvidos.

Não significa que tudo o que digam deva ser obedecido – isso não seria democrático. Significa a existência do espaço para a construção das relações humanas e sociais naquele contexto de convivência. Abaixo trazemos um excerto de algumas reivindicações de crianças de dez anos da cidade de Maringá, e que foram apresentadas com o apoio dos educadores a autoridades do município e da escola:

**Security, freedom and protection for playing in the city; more public places where we can be together, play and have fun, in the city's squares, parks and streets; free buses and/or reserved for children so that they can travel freely across the city, with stops at play areas; appropriate places for playing, in all neighbourhoods; an entire district of the city where children can meet and play; an amusement park that runs throughout the year; toys available in small parks and squares, free for collective use.**

**(ARRUDA, 2011)**

To sum up, we could say that the professional aspiring to participatory democracy, who knows, applies and teaches rights and duties, and upholds ethical principles which defend social justice, the safeguarding of freedoms and responsibility to the public interest, will choose contents and methods through dialogue with the individuals with which he or she is working.

Participatory democracy is not very widespread, nor are ethics defending social justice, no more than respect for rights and duties, or even dialogue. What can be done? Continually equip ourselves with knowledge like eternal learners in a changing world where each of us is merely a cog on a moving wheel.

As social workers, we are politicians, whether we like it or not, because we work in and with the community, so we must understand the laws, be familiar with the conventions, rights and duties, techniques of local and global power, come up with a reliable analysis for each situation, each community, we must forge lasting links with the local community and global communities, strengthen the social network of those who share the same ethical principles and invent multiple strategies to overcome injustice.

We believe that the secret to starting to walk the thorny path to social emancipation as advocated by *social participation*, starts with the setting up – by adults -, of two key mechanisms: they must 1) listen to people, which involves promoting places and time for thought, discussion, and finding of collective solutions for communities; 2) train, not only technically, but also politically, so that, with their principles and theory and practice of on how politics work, they might have the tools required to teach/practice participation for/with the people with whom they live. What should this political training focus on? Subjects such as those mentioned in this text, to name but a few.

**Segurança, liberdade e proteção para brincar na cidade; maior quantidade e apropriação dos espaços públicos para que possam estar juntas, brincar e se divertir, convivendo nas praças, parques e ruas da cidade; ônibus de transporte gratuito e ou exclusivos para que as crianças circulando livremente pela cidade e com paradas em pontos/locais para brincarem juntas; lugares apropriados para brincar em todos os bairros; um bairro inteiro da cidade onde as crianças possam se encontrar e brincar; parque de diversão funcionando o ano todo; brinquedos disponíveis nos parquinhos e praças para uso coletivo e gratuito.**

**(ARRUDA, 2011)**

Por fim, com intenção de síntese, diríamos que o profissional, almejando a democracia participativa, conhecendo, exercendo e ensinando direitos e deveres, tendo princípios éticos a favor da justiça social, da preservação da liberdade e da responsabilidade com o ambiente público, escolherá conteúdos e métodos, a partir do diálogo com os sujeitos com quem trabalha.

A democracia participativa não existe em muitos lugares, a ética a favor da justiça social, tampouco, direitos e deveres respeitados também não e nem o diálogo. O que fazer? Instrumentalizarmo-nos com o conhecimento constante na condição de eternos aprendizes de um mundo em movimento do qual cada um de nós é parte da engrenagem que o move.

Somos enquanto trabalhadores sociais, políticos, queiramos ou não, pois atuamos na e com a comunidade, portanto, devemos entender de leis, de convenções, de direitos e deveres, das técnicas de poder locais e globais, realizar diagnósticos fiáveis e próprios da situação da comunidade, devemos construir vínculos com a comunidade local e com comunidades globais, fortalecendo a rede social entre quem partilha dos mesmos princípios éticos e encontra diferentes estratégias para vencer a injustiça.

No nosso entender, existem duas ferramentas mestras para o segredo dos primeiros passos em direção ao território emaranhado da emancipação social promovida pela participação social. Elas se encontram nos adultos: eles devem 1) escutar as pessoas e para isso promover espaços e tempos de reflexões e buscas de soluções coletivas para as comunidades; 2) formar-se além de técnica, politicamente, para que com seus princípios e conhecimentos teóricos e práticos sobre política, tenham condições de ensinar/exercer participação para/com a população com quem convivem. Do que traria a formação política? De assuntos como os deste texto e outros mais.



# [ REFERENCES ]

# [ REFERÊNCIAS ]

ARRUDA, F. M. *"A cidade pensada pelas crianças: conceitos e ações políticas para a consolidação da participação infantil"*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá–Programa de Pós graduação em Educação. 2011.

BAUMAN, Z. *"Em busca da política"*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.; 2000.

BRINCADEIRAS. Projeto. *"Relatórios. Acervo do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente"*. Universidade Estadual de Maringá. 2012.

ELIAS, N. *"O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização"*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1993, v. II.

FOUCAULT, M. *"Microfísica del poder"*. Madrid: La Piqueta. 2ª ed. 1979.

FOUCAULT, M. *"Vigilar y castigar. El nacimiento de La prisión"*. 5ª ed. Madrid: Siglo XXI, 1986.

FOUCAULT, M. *"O sujeito e o poder"*. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel

FOUCAULT, M. *"Uma trajetória filosófica"*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, P. *"Pedagogia do oprimido"*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *"Educação como prática da liberdade"*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

MAGER, M. ; MORELLI, A. J. ; SILVESTRE, E. ; MÜLLER, V. R. *"Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados"*. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2011. v. I. 220p.

MORELLI, A.J.; MAGER, M.; MÜLLER, V. R.; RODRIGUES, P. C. Pipa, boneca, esconde e peteca: brincadeiras e brincadeiras no Brasil. In: TOMÁS, C. FERNANDES, N. (Org.). *"Brincar, brinquedos e brincadeiras: modos de ser criança nos países de língua oficial portuguesa"*. EDUEM: Maringá, 2012 (No prelo).

MÜLLER, V. R. ; RODRIGUES, P. C. *"Reflexões de quem navega na educação social: Uma viagem com crianças e adolescentes"*. Maringá - PR: Gráfica Clichetec, 2002.94p.

MÜLLER, V. R. ; MORELLI, A. J. ; MAGER, M. . Crianças do Brasil: Percursos históricos para a conquista de direitos. In: Verônica Regina Muller. (Org.). *"Crianças dos Países de Língua Portuguesa: histórias, culturas e direitos"*. Maringá: EDUEM, 2011, v. 01, p. 40-69.

MÜLLER, V. R. ; TOMAS, C. A. . Quando a participação das crianças faz parte do processo de intervenção. In: Almeida, A.T e Fernandes, N. (Org.). *"Intervenção com crianças, jovens e famílias: estudos e práticas"*. Coimbra: Almedina, 2010, v. 1, p. 32-44.

MÜLLER, V. R. . Direitos das crianças: trilhas e sendas para a educação física. In: Larissa Michelle Lara. (Org.). *"Abordagens socioculturais em educação física"*. Maringá: EDUEM, 2010, v. 1, p. 51-80.

SANTOS, B. S. (Org.) *"Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa"*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, B. S. (Org.). *"A gramática do tempo: para uma nova cultura política"*. Cortez: São Paulo, 2006.

SOUZA, C.R.T. *"O Projeto Futuro Hoje em Maringá/PR: desafios da educação social rumo à política pública"*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.



#2

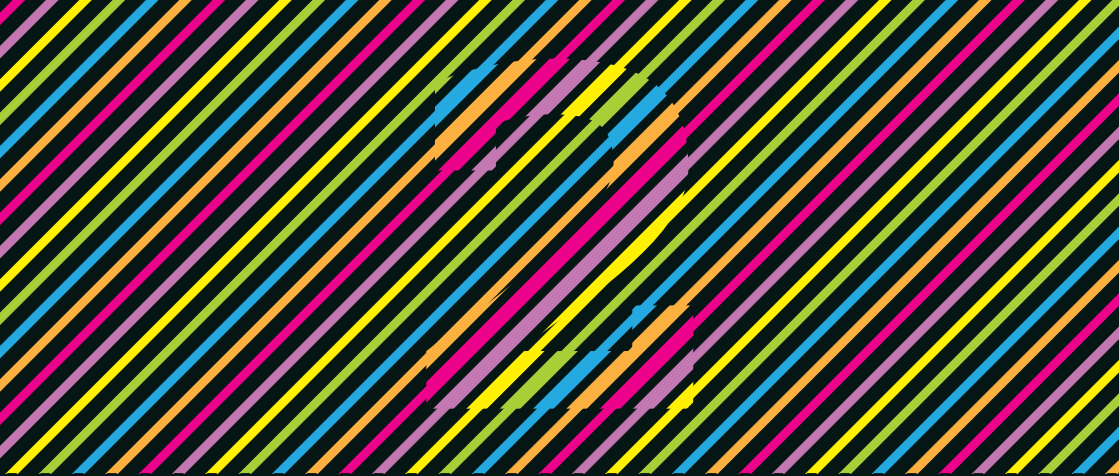
---

Social  
participation  
and political  
training:

**Paving  
the way**

A participação  
social  
e a formação  
política:

**Territórios  
a desbravar**



**Social participation and political training: Paving the way**  
**A participação social e a formação política: Territórios a desbravar**  
[ Verónica Regina Müller ]

**DYNAMO**  
INTERNATIONAL  

---

**Street Workers Network**



This publication is supported by the European Union Programme for Employment and Social Solidarity – PROGRESS (2007-2013)  
Esta publicação é financiada pelo Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social – PROGRESS (2007-2013)